



Conselho Nacional de Justiça
Corregedoria Nacional de Justiça
Gabinete da Corregedoria

DECISÃO

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento desta Corregedoria Nacional de Justiça a informação, veiculada pelo Diário Oficial do Estado do Ceará (caderno 1: administrativo, edição 2344, de 27 de março de 2020) de que o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará editou a Portaria n. 534/2020 que, levando em conta a Resolução n. 1/2020, estabeleceu que os magistrados integrantes de comissões, núcleos, grupos de trabalho ou comitês estratégicos farão jus a percepção de ajuda de custo por exercício cumulativo de função correspondente a 15% do subsídio mensal, resolveu conceder essa gratificação aos magistrados que integram o núcleo de produtividade remota.

Considerando que o Provimento n. 64/2017 estabelece que o pagamento de qualquer verba remuneratória ou indenizatória não prevista na LOMAN só poderá ser realizado após autorização prévia do Conselho Nacional de Justiça.

Considerando que a Recomendação n. 31/2019 determina aos Tribunais brasileiros que se abstenham de efetuar pagamento a magistrados e servidores de valores a título de auxílio-moradia, auxílio-transporte, auxílio-alimentação ou qualquer outra verba que venha a ser instituída ou majorada, ou mesmo relativa a valores atrasados, e ainda que com respaldo em lei estadual, sem que seja previamente autorizado pelo Conselho Nacional de Justiça, conforme preceitua o Provimento CN-CNJ n. 64/2018.

Considerando que a verba mencionada na referida Portaria não está prevista na Resolução CNJ n. 133/2011.



Conselho Nacional de Justiça
Corregedoria Nacional de Justiça
Gabinete da Corregedoria

Considerando que a Resolução n. 13/2006 estabelece que a gratificação para integrar comissões ou grupos de trabalho se considera incluída no valor do subsídio, conforme art. 4, inc. II, “h”.

INSTAURO, de ofício, PEDIDO DE PROVIDÊNCIA, a fim de esclarecer os fatos. Para tanto, DETERMINO:

a) a autuação da presente decisão como Pedido de Providência, devendo constar a Corregedoria Nacional de Justiça no polo ativo e o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará no polo passivo;

b) a **SUSPENSÃO IMEDIATA DO PAGAMENTO DA VERBA PREVISTA NA PORTARIA n. 534/2020**, a fim de se garantir o cumprimento dos atos normativos mencionados nos considerando os da presente decisão;

c) que seja oficiado à Presidência do Tribunal de Justiça do Ceará com determinação para que preste informações sobre esses fatos no prazo de 10 dias;

d) que seja expedido ofício circular aos Tribunais brasileiros, excetuado o Supremo Tribunal Federal, a fim de que observem as determinações constantes no Provimento n. 64/2017 e da Recomendação n. 31/2018;

Cumpra-se.

Brasília, 31 de março de 2020.

Ministro **DIAS TOFFOLI**

